**Dr. David Turner, Matthew   
Aula 3B – Mateus 5:17-48: O Sermão da Montanha II: Jesus, Moisés e os Discípulos**

Olá, aqui é David Turner. Bem-vindos à Aula 3B. Esta é uma aula sobre o Sermão da Montanha, a nossa segunda aula sobre o sermão, e estamos tratando de Jesus, a Lei e os Discípulos em Mateus, capítulo 5.

Notamos, em primeiro lugar , a título de análise, que Mateus 5:17-48 envolve uma introdução geral encontrada nos versículos 17-20, seguida por dois conjuntos de três contrastes específicos entre os ensinamentos tradicionais do Antigo Testamento e a compreensão de Jesus sobre o Antigo Testamento. Esses dois conjuntos encontram-se em 5:21-32 e 5:33-48. Você deve consultar seus materiais suplementares. A página 15 apresenta um esboço da palestra, e a página 16 apresenta um gráfico que apresenta a estrutura do capítulo como a vemos.

Tanto o princípio geral quanto os contrastes nos mostram que o cumprimento da Lei, como Jesus a ensina, significa que, se tivermos a ideia de que precisamos dominar outras pessoas pela raiva, pela luxúria, por tecnicalidades legais como o divórcio, por juramentos, por retaliação ou por ódio, Jesus nos confrontará e nos mudará dessa mentalidade. Pensando agora em Mateus 5:17-20, os princípios gerais, a questão basicamente é que Jesus não veio para destruir, mas para cumprir a Lei. Se este for o caso, então toda a Lei é eternamente válida, 5:18, e os discípulos devem obedecê-Lo como seu intérprete supremo, e devem ensinar Suas interpretações dela, 5:19, para que eles próprios tenham retidão moral e para que aqueles a quem ensinam tenham retidão moral.

Essa retidão moral deve exceder a dos escribas e fariseus. Deve ser uma justiça única e digna do reino, 5:20. A relação entre Jesus e a Lei é crucial na teologia bíblica, e a terminologia para descrevê-la geralmente tem a ver com continuidade e descontinuidade. É também crucial para a vida dos discípulos, e falaremos sobre isso a seguir.

O que significa quando Jesus afirma que veio para cumprir a Lei e os profetas? Significa que Ele veio para cumprir o propósito deles, e enfatiza a continuidade da missão de Jesus com a intenção ética da Bíblia Hebraica. Mas cumprir o propósito da Lei não deve ser interpretado como significando que Jesus veio apenas para reafirmar, restabelecer ou confirmar a Lei. Tal ponto de vista exagera a continuidade dos ensinamentos de Jesus e da Lei e tornaria os seis exemplos específicos de Mateus 5:21-48 supérfluos.

Jesus não estava simplesmente dizendo, "Idem", o que Moisés disse, eu digo. Por outro lado, a descontinuidade entre Jesus e Moisés não deve ser levada muito longe, pois Jesus disse que não veio para abolir a Lei e os profetas. Seu ensinamento, portanto, não é contraditório com nada na Bíblia Hebraica, embora deva, em certo sentido, transcendê-la.

Portanto, dois extremos devem ser descartados. Dizer que Jesus veio para abolir a Lei exagera drasticamente a descontinuidade entre Jesus e Moisés, e dizer que Jesus veio apenas para reafirmar Moisés subestima a descontinuidade entre Jesus e Moisés. Então, como podemos evitar falar demais ou de menos sobre a relação de Jesus com a Lei? Primeiro, devemos permitir que o próprio Mateus defina o termo "cumprido", prestando atenção especial à forma como ele o utiliza ao longo de seu Evangelho e observando cuidadosamente a relação entre os ensinamentos de Jesus e a Lei de Moisés nos seis exemplos específicos que ocorrem imediatamente após essa passagem em 5:21-48. Para Mateus, Jesus é o objetivo final da Lei e dos profetas, aquele para quem eles apontam.

Sua missão de reino, palavra e ação cumpre os padrões éticos e as promessas escatológicas da Lei e dos profetas. Assim, ele se torna o único mestre autorizado da Lei, e suas interpretações assumem o caráter de uma nova Lei para seus discípulos. Seus ensinamentos não são novos no sentido de não terem raízes na Bíblia Hebraica, mas sim no sentido de transcender a compreensão tradicional da Lei promulgada pelos líderes judeus.

Não é Moisés, muito menos os líderes judeus, que ensinam com autoridade os discípulos de Jesus. Somente Jesus ocupa esse papel. Os seis exemplos de 5:21-48 não equivalem a uma contradição de Jesus com Moisés, mas sim ao desdobramento das implicações de Jesus, que estavam presentes em Moisés o tempo todo, embora não detectadas pelos líderes religiosos de Israel da época.

Nesse sentido, o cumprimento da Bíblia Hebraica por Jesus não difere das interpretações da Bíblia encontradas na literatura rabínica posterior. Esses rabinos sustentam que suas decisões aparentemente inovadoras estavam sempre contidas por implicação na Torá, revelada a Moisés no Sinai. Mas Jesus afirma muito mais do que isso, como veremos na próxima seção.

Agora, o que dizer dos discípulos na Lei, a questão da Lei e da Graça? Em uma passagem já repleta de declarações de alto impacto, as declarações de Jesus em 5:19-20 sobre a obrigação dos discípulos para com a Lei podem ser nada menos que surpreendentes para os cristãos que se consideram sob a Graça, não sob a Lei. Aqueles que estão acostumados a ler certas seções das epístolas de Paulo nas quais a Lei parece ser depreciada podem se surpreender ao ler sobre a perpétua autoridade vinculativa da Lei sobre os discípulos de Jesus. Afinal, Paulo não disse que Jesus era o fim da Lei e que seus seguidores não estavam sob a Lei, mas sob a Graça, em passagens como Romanos 6 e 7, e particularmente Romanos 10:4? Mas as situações, o público e os problemas de Paulo eram muito diferentes dos de Mateus.

Paulo se esforçou para estender o Evangelho de comunidades judaicas cristãs como a de Mateus aos gentios. Ao fazê-lo, Paulo ensinou que os gentios que creram em Jesus não eram obrigados a seguir a Lei. Isso, é claro, resultou em não pouca tensão com os judeus cristãos, como vemos em Atos 15 e 21, versículos 20 e 21, sem mencionar os judeus não cristãos, como vemos em Atos 21:28 .

De acordo com a narrativa em Atos, o próprio Paulo continuou a adorar na sinagoga e em outras práticas judaicas ao longo de seu ministério. Observe passagens como Atos 18:18, 20:17-26, 22:3-17, 23:1-6, 24:11-21, 25:8, 26:20-23 e 28:20. Como evangelista para os gentios, no entanto, a estratégia de Paulo envolvia flexibilidade em áreas que ele considerava convenientes.

Confira 1 Coríntios 9:19-23. Grande parte do ensino aparentemente negativo de Paulo sobre a Lei não era direcionado contra a Lei em si, mas contra mestres que, erroneamente, desejavam submeter seus convertidos gentios à Lei. Assim, Paulo, embora insistisse que tais convertidos não eram obrigados à Lei como regra de vida, também afirmou que sua obediência a Jesus por meio do Espírito cumpriria os justos requisitos da Lei.

Veja Romanos 8:1-4. A identificação de Paulo das questões mais importantes da Lei com o amor em passagens como Romanos 13:8-10 e Gálatas 3-14 parece seguir o ensinamento de Jesus em Mateus 22:34-40. Como conclusão de Mateus 5:17-20, a comunidade judaica cristã de Mateus não deve pensar que Jesus veio para abolir Moisés.

Em vez disso, Jesus cumpre a Lei de Moisés, mantendo sua autoridade perpétua e interpretando-a de maneira definitiva, o que conduz seus discípulos a uma justiça que supera a dos líderes judeus. Essa noção geral de uma justiça insuperável será agora explicada em seis exemplos concretos nos quais os ensinamentos de Jesus revelam o verdadeiro significado da Lei de Moisés e transcendem a forma como ela tem sido tradicionalmente entendida. À medida que seus discípulos viverem por esse ensinamento, sua justiça superará a dos líderes judeus, e suas boas ações serão como uma luz brilhante que fará com que as pessoas glorifiquem seu Pai Celestial.

Mateus 5:16. Agora chegamos a Mateus 5, versículos 21-48, e examinamos os exemplos específicos. No seu gráfico na página 16 dos Materiais Suplementares, observe que a estrutura desses exemplos específicos lista primeiro o ensinamento tradicional dos fariseus baseado no Antigo Testamento, depois o ensinamento contrastante de Jesus e, em todos eles, exceto no terceiro, uma aplicação ou explicação adicional.

Esses contrastes equivalem a Jesus desvendando o que queria dizer quando afirmou que não viera para destruir, mas para cumprir a Lei de Moisés. Agora, precisamos, antes de tudo , refletir sobre o que significa quando Jesus disse: " Vocês ouviram o que foi dito, mas eu lhes digo". Geralmente, entende-se que esses seis exemplos são chamados de antíteses .

Ora , uma antítese é essencialmente uma contradição, e a ideia seria que, se a chamarmos de antítese, Jesus estaria contradizendo a Lei. Seria realmente disso que se tratava, ou ele estaria simplesmente contrastando o que diz com a sua interpretação tradicional? Embora seja comum os intérpretes se referirem aos seis exemplos contidos em Mateus 5:21-48 como antíteses , isso certamente é um erro. Uma antítese não é meramente uma afirmação contrastante, mas sim uma afirmação contraditória.

Se Jesus tivesse pretendido ensinar de forma antitética à Lei e aos Profetas, teria precisado dizer o que equivale a uma antítese a Mateus 5:17, pois teria vindo para abolir a Lei e os Profetas. Se Jesus estivesse falando de forma antitética, teria dito: Ouvistes que foi dito: Não matarás; mas eu vos digo: matarás. Isso é, obviamente, impensável.

Sem dúvida, o ensinamento transcendente de Jesus aqui contrasta com o dos mestres tradicionais da Lei, mas não a contradiz formalmente. Em todos os seis contrastes, há duas questões cruciais a serem lembradas. Primeiro, há o paralelo contrastante nas pessoas com quem Jesus está falando.

Os ancestrais , isto é, o Israel Nacional, a comunidade do Antigo Testamento, versus vocês , isto é, os discípulos de Jesus, o que implica que os discípulos, e não os judeus como nação, são o locus do ministério revelador de Jesus. Em segundo lugar, e ainda mais notável, está o contraste entre a agência do que foi dito e o que está sendo dito agora. O texto grego enfatiza que o próprio Jesus fala com uma autoridade que transcende a da revelação divina anterior por meio de Moisés.

Jesus não nega que Deus tenha falado por meio de Moisés. Confira também 15:4. Mas ele afirma sua própria agência reveladora transcendente em linguagem forte. Essa maneira autoritária de falar não passou despercebida por aqueles que o ouviram.

Observe 7:29, 8:8, 9, 9:6, 10:1, 15:4 e 28:18. Agora, a natureza do contraste que Jesus está estabelecendo aqui. Ele está falando contra Moisés ou contra os fariseus? É preciso perguntar se Mateus 5:21-48 pretende colocar Jesus contra Moisés ou contra os ostensivos especialistas contemporâneos em Moisés, os fariseus. Em outras palavras, Jesus é apresentado aqui como alguém que contesta Moisés ou como o porta-voz oficial de Moisés? Confira 23:2. A pergunta talvez seja impossível de responder por ser complexa demais para ser formulada de forma tão reducionista.

Parece que, em alguns casos, Jesus lida com paráfrases contemporâneas das implicações da lei e, em outros, lida mais diretamente com a própria lei. Na primeira categoria estariam os contrastes 1, 3, 4 e 6. Ou seja, 5:21, 31, 33 e 43, onde o texto do Antigo Testamento é citado com material adicional anexado a ele ou citado de forma modificada, 5:31 ou um resumo de vários textos é fornecido como em 5:33. Na última categoria, os contrastes 2 e 5, o Antigo Testamento é citado palavra por palavra, e nenhuma adição é feita a ele, 5:27 e 5:38. Assim, na maioria dos contrastes, há evidências de que interpretações contemporâneas de Moisés estão envolvidas no contraste, e isso é inevitável, visto que o antigo texto de Moisés tem sido sujeito a centenas de anos de interpretação e desenvolvimento da tradição oral.

Mateus apresenta Jesus como vindo para cumprir o propósito da lei e dos profetas, não para aboli-los. Assim, seria de se esperar que o ensinamento contrastante de Jesus transcendesse o Antigo Testamento de uma maneira que não violasse formalmente sua autoridade ética. Ao mesmo tempo, Jesus adverte seus discípulos que a justiça deles deve exceder a dos mestres judeus em 5:20. Portanto, seria de se esperar que seu ensinamento expusesse os erros desses mestres, assim como expôs Moisés de forma definitiva.

Em outras passagens, como 9:10-13, 15:1-9 e 19: 1-9, Jesus repreende explicitamente os líderes judeus por suas visões equivocadas da lei e dos profetas, portanto, não devemos nos surpreender ao encontrar um confronto semelhante ocorrendo implicitamente aqui. Parece que esse modelo de exposição mais exposição é mais claro nos exemplos 3 e 6, 5:31 e 43, mas está presente em certa medida em cada exemplo. Por exemplo, em 5:33-37, Jesus primeiro alude ao texto do Antigo Testamento sobre os votos, conforme revelado aos ancestrais, e então prossegue refutando a casuística contemporânea , isto é, um uso manipulador dos votos no uso dos votos.

Para iluminar o objetivo final de Moisés e dos profetas, Jesus precisa mostrar a escuridão que obscurece o ensinamento dos líderes judeus. Agora, o que dizer da hermenêutica de Jesus e de sua justiça maior? A relação de Jesus com o Antigo Testamento é um divisor de águas teológico. As declarações gerais de Jesus sobre cumprir o propósito do Antigo Testamento, e não aboli-lo, bem como suas seis situações contrastantes específicas, têm sido interpretadas de diversas maneiras.

Alguns sustentam que isso significa que a vida e os ensinamentos de Jesus estabeleceram ou confirmaram a lei, mas isso subestima a descontinuidade legítima entre Jesus e o Antigo Testamento. Outros enfatizam que a obediência pessoal de Jesus à lei completou seu papel na história redentora. Essa ideia é válida em sua compreensão da obediência de Jesus à lei, mas duvidosa em sua avaliação das implicações dessa obediência.

À luz de 5:19 e 20, é muito duvidoso que Jesus acreditasse que a lei tivesse cumprido seu papel. Outros argumentam que Jesus, como um novo Moisés, trouxe uma nova lei que substituiu a lei do Antigo Testamento, mas isso peca por excessiva descontinuidade. Certos teólogos sistemáticos acreditam que Jesus enfatizou a lei moral, não seus aspectos civis ou cerimoniais, mas, qualquer que seja a relação de Jesus com a lei, trata-se de uma relação com toda a lei.

Não se pode dividir a lei em uma categoria anacrônica que se adapte apenas aos seus leitores modernos. Outros concluem que Jesus revela ou intensifica o verdadeiro significado interior da lei. Isso tem algum mérito, mas, na melhor das hipóteses, é apenas uma resposta parcial.

O que devemos pensar então? É mais provável que devêssemos acreditar que Jesus é o fim ou objetivo da lei e, portanto, seu intérprete definitivo e definitivo. Somente Ele é o mestre escatológico autoritário da lei e dos profetas. A vida e os ensinamentos de Jesus cumprem a lei, assim como os eventos do Novo Testamento cumprem as previsões e os padrões do Antigo Testamento.

Por um lado, Jesus não contradiz a lei, mas, por outro, também não a preserva inalterada. Ele revela o significado último da lei para aqueles cuja justiça deve exceder a dos escribas e fariseus. 520, confira também 22:34 a 40, 23:23 e 24.

Ele conduz a lei ao seu objetivo. Como faz isso? Em 5:21-26, Jesus ensina que a proibição do assassinato proíbe implicitamente a ira e a linguagem ofensiva que levam ao assassinato. Embora o Antigo Testamento não tolere a ira, o ensinamento transcendente de Jesus a vincula a um crime capital.

Raiva e palavras iradas equivalem a assassinato. No segundo contraste, em 5:27-30, Jesus ensina que a proibição do adultério proíbe implicitamente a luxúria que leva ao adultério. Embora o Antigo Testamento certamente não tolere a luxúria, a ligação direta que Jesus faz da luxúria ao adultério é um padrão mais rigoroso de ética sexual que interpreta o 7º mandamento, " Não adulterarás", pelo 10º mandamento, " Não cobiçarás coisa alguma, especialmente a mulher do teu próximo".

Portanto, o ensinamento de Jesus é que a luxúria equivale ao adultério. No terceiro contraste, em 5:31-32 , o único em que não há mais aplicação ou expansão do que é dito, Jesus ensina que o casamento é uma união sagrada e inviolável, exceto em caso de infidelidade. Embora o Antigo Testamento não tolere o divórcio (veja especialmente Malaquias 2:14-16), há razões para crer que ele foi tolerado por muitos contemporâneos de Jesus.

Veja Hillel no tratado Mishná sobre Gittin sobre decretos de divórcio. Mas Jesus ensina que o divórcio e o novo casamento, exceto em caso de infidelidade, equivalem ao adultério. O divórcio é meramente uma concessão temporal à pecaminosidade humana, mas o casamento permanente é o modelo original para os humanos.

Veja Mateus 19:8, que deve ser analisado em conjunto com Mateus 5:31-32. No quarto contraste, Jesus ensina que o uso de votos seria desnecessário se os discípulos levassem a sério as admoestações bíblicas para dizer a verdade. Observe 5:33-37. Embora o Antigo Testamento certamente não tolere o uso indevido de votos, Jesus criticou seu uso. Ele proíbe o que a letra da lei permite , mas o faz para defender o espírito da lei contra o falso testemunho.

Para Jesus, a casuística ou o uso manipulador de votos equivale a dar falso testemunho. 5.33-37 compare com 23.16-22 Quinto. O quinto contraste em 5.38-42 ensina que a lei da retaliação foi elaborada principalmente para limitar o conflito e apenas secundariamente para endossá-lo. O Antigo Testamento não tolera punições injustas por crimes e danos.

ordenou o "olho por olho" . A tendência seria tirar mais do que um olho, portanto, este conceito de justiça proporcional do Antigo Testamento, às vezes chamado de lex talionis, não visa principalmente a vingança, mas sim a limitação da retaliação. Jesus ensina que, em vez de qualquer resposta retaliatória à transgressão, seus discípulos devem responder com graça.

Em vez de se vingar de alguém, deve-se deixar que Deus cuide disso. De fato, Jesus ensina em 5:38-42 que insistir em se vingar equivale a negar que Deus vingará seu povo. Em sexto e último lugar, em 5:43-48, Jesus ensina que todos os humanos, não apenas os amigos, devem ser amados.

A passagem que ele cita em 5:43, obviamente de Levítico, não afirma que se deve odiar os inimigos. Trata-se evidentemente de um acréscimo tradicional. O texto citado em Levítico simplesmente diz: ame o seu próximo, e próximo é provavelmente qualquer pessoa com quem se entra em contato, como Jesus ensinou ao doutor da lei em Lucas, na parábola do Bom Samaritano.

Ora, o Antigo Testamento certamente não tolera o ódio aos inimigos, mas Jesus faz do amor aos inimigos a evidência preeminente da relação filial de alguém com o Pai Celestial. Se quisermos ser como nosso Pai , não podemos odiar nossos inimigos. Odiar os inimigos equivale ao paganismo.

E agora, para concluir nossa palestra sobre Jesus, a Lei e os Discípulos, argumenta-se aqui que Mateus 5:21-48 está em continuidade com a Lei e os Profetas em maior medida do que comumente se acredita. Seja como for, não há dúvida de que há muito em Mateus 5:21-48 que é antitético ao individualismo machista da cultura americana. A ética de Jesus contradiz a raiva e a agressividade que buscam dominar outras pessoas.

Suas palavras contra o abuso de mulheres por meio de adultério e divórcio soam como uma nota que ressoa com sensibilidades contemporâneas frequentemente ouvidas por feministas. Sua ênfase na integridade na fala é muito necessária em nossa comunidade cristã, onde não é incomum que crentes proeminentes sejam pegos em mentiras. Suas palavras contra a retaliação são importantes, mas difíceis de aplicar em uma sociedade como os Estados Unidos, onde os cristãos têm liberdade religiosa e geralmente não são colocados em situações em que sejam perseguidos publicamente por sua fé.

Por fim, não há dúvida de que os evangélicos têm muito a aprender sobre amar seus inimigos. Esses seis exemplos, que contrastam o ensinamento transcendente supremo de Jesus sobre o Antigo Testamento com a compreensão tradicional dele, constituem indicadores na direção da justiça que é maior do que a dos líderes judeus em 5:20. Agora, Jesus se desviará dos relacionamentos com as pessoas para as atividades religiosas em 6:1-18 e para as atitudes em relação às coisas materiais em 6:19-34. A mensagem do reino transforma dinamicamente a conduta dos discípulos também nessas áreas, como veremos em nossa próxima palestra. Ao concluirmos, precisamos enfatizar, creio eu, particularmente 5:48: "Sejam como o Pai Celestial é perfeito".

Você é perfeito. Que comando incrível. Isso é algo que, tecnicamente falando, em certo sentido da palavra, é impossível porque Deus é infinito e não podemos ser perfeitos em infinitude como Ele, porque somos criaturas finitas.

Mas Deus quer que sejamos como Ele e perfeitos como Ele em Seus atributos morais. Às vezes, os teólogos os chamam de atributos comunicáveis de Deus, como amor, santidade, misericórdia, etc., para distingui-los dos atributos incomunicáveis de Deus, a onipotência de Deus, etc.

Não podemos ser onipotentes, mas podemos viver nossas vidas por amor, graça, santidade e misericórdia. Se formos como nosso Pai Celestial é perfeito, não apenas deixaremos de odiar nossos inimigos, o sexto e último contraste, mas também voltaremos a atacá-los na linha. Se formos como nosso Pai Celestial é perfeito, não insistiremos em retaliação quando alguém nos fizer mal.

Certamente não faremos comentários presunçosos sobre o que vamos fazer e depois não os faremos. Teremos integridade em nosso discurso. Não nos divorciaremos de nossos cônjuges.

Seremos fiéis aos votos que fizemos a eles diante de Deus se formos perfeitos como nosso Pai Celestial é perfeito. Não cometeremos adultério nem seremos infiéis aos nossos cônjuges, o que muitas vezes leva à necessidade de divórcio. E, por fim, certamente não cometeremos assassinatos nem exerceremos a ira, o que muitas vezes levará ao assassinato.

Portanto, quando nos é dito para sermos perfeitos como o nosso Pai Celestial é perfeito, recebemos talvez a ordem mais elevada que se possa imaginar. Mas Deus nos criou à Sua imagem e nos recriou em Cristo como uma nova humanidade. Assim, pela verdade da Palavra sobre a qual refletimos aqui hoje, pelo poder do Espírito Santo que Deus nos concede e pelo encorajamento dos nossos irmãos e irmãs na comunidade cristã, podemos começar a progredir e a ser mais como Deus e mais como Jesus, à medida que buscamos ser perfeitos como o nosso Pai Celestial é perfeito.